

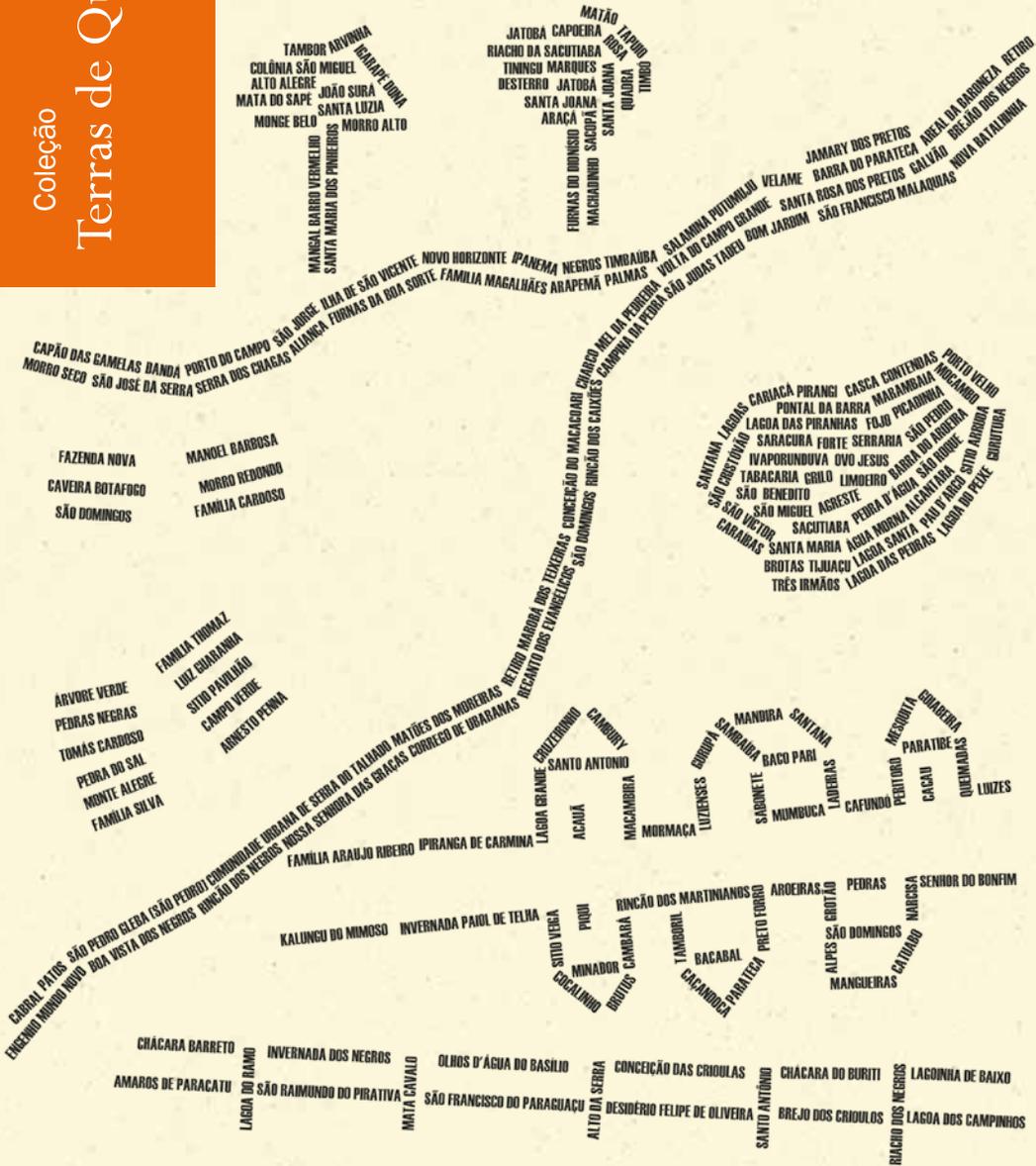


Coleção

# Terras de Quilombos

Plauví

# Comunidade Quilombola Sabonete



# As terras de quilombos

são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

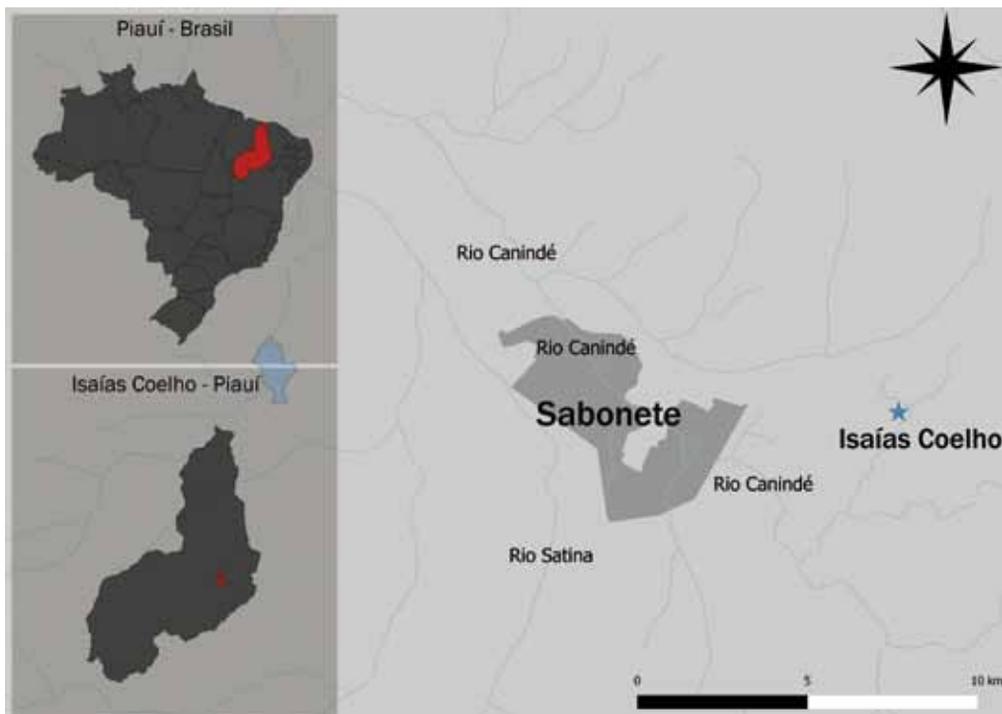
O objetivo da parceria entre INCRA, NEAD (SEAD) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



# Comunidade Quilombola Sabonete

A Comunidade Quilombola do Sabonete é formada por 47 famílias e seu território - de 1.962 hectares - está situado ao sudeste piauiense, no Alto Médio Canindé. Distanto 407 km de Teresina, o território fica entre os municípios de Isaías Coelho e Campinas do Piauí. Além do Sabonete, existem na região outras comunidades quilombolas, já tituladas, como Fazenda Nova, Morrinho e Volta do Campo Grande. Como demonstram os estudos do Incra, a história de ocupação e a genealogia dessas comunidades estão estreitamente ligadas.



A Comunidade Quilombola do Sabonete tem sua origem com a chegada ao seu território de uma negra de nome Cândida, que deixa sua condição de cativa numa antiga Fazenda Nacional, chamada Poções, em busca de uma terra onde pudesse viver em melhores condições e com liberdade.

A comunidade, já reconhecida pela Fundação Palmares, ainda luta contra a violência e pela titulação de suas terras.

## O Quilombo Sabonete na história do Piauí

Por muito tempo, acreditou-se que a colonização do Piauí – baseada principalmente na criação de gado – não tivesse contado com a escravização negra e, por isso, o Estado não teria uma história de formação de quilombos. No entanto, a historiografia contemporânea vem desmentindo isso. Documentos oficiais do século 18, encontrados no Arquivo Público do Piauí, relatam diversas fugas de escravizados e a existência de inúmeros quilombos no estado. Os registros fazem referência às casas e roças de escravizados fugidos, localizadas nas barras dos Rios Poty, Estanhado e Parnaíba. Por exemplo, na obra *Maranduba: memórias do Nordeste contadas de viva voz*, de Odete Vieira da Rocha, a autora relata a existência da “Quinta de Zacarias”, reduto de escravizados fugidos que ficava justamente na região do que hoje é o município de Campinas do Piauí – onde se encontra a Comunidade do Sabonete.

Ali vivia como bicho bruto, vestido de couro. Dominava os bichos e as caças. Zacarias foi muito falado. Os capitães de mato que tentavam ir buscar escravos fugidos, se não eram atacados por onça ou cobra, perdiam o rumo, não acertavam nem a entrada nem com a saída da Quinta. Lugar de alegria e festa, altas horas da noite só se ouvia os tambores de couro de anta e o sapateado dos escravos fugidos (trecho da obra de Rocha, 1994).

A história do Território Quilombola do Sabonete está, portanto, intimamente ligada à história da colonização do Piauí, que por sua vez remonta à história das “Fazendas Nacionais”.

O início da colonização do Piauí se dá em meados do século 17, quando a Coroa Portuguesa concede as chamadas sesmarias, nas quais se instalam imensas fazendas de gado. Tais latifúndios eram comandados por vaqueiros da confiança de seus proprietários, em sua maioria ausentes. A produção nessas propriedades foi por todo o período colonial sustentada por mão de obra escravizada e, depois da Abolição, por relações de *sujeição*. O trabalho nas fazendas não se limitava ao manejo do gado. Havia também outro conjunto de tarefas destinadas ao braço cativo, que diziam respeito a atividades contínuas, exigindo trabalho durante todo o ano. Dentre elas, sobressaem a agricultura de subsistência desenvolvida nas roças e a instalação de infraestrutura nas fazendas, sítios e retiros. A mão de obra escravizada foi essencial na construção e manutenção de aguadas, cercas, currais e casas. Também era empregada nas instalações de engenhocas onde eram produzidas rapadura e cachaça.

Ao longo dos séculos 18 e 19, as fazendas do Piauí, e com elas toda a população de escravizados, passam das mãos dos sesmeiros para a dos jesuítas. Depois que os jesuítas são expulsos do Brasil, as fazendas são então transferidas para a União, quando são transformadas nas históricas “Fazendas Nacionais”. Sob tal administração, os cativos passam a ser denominados “escravos do fisco” ou “escravos da nação”, termos que até hoje estão presentes nas falas dos quilombolas do Sabonete ao se referirem a seus ancestrais.

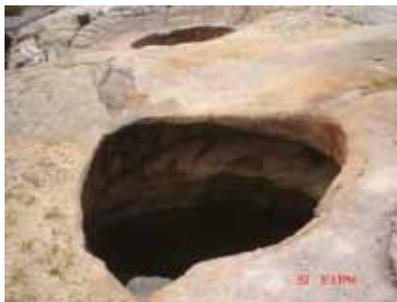
Com a proclamação da independência, em 1822, se formam no Piauí as três Inspeções ou Departamentos denominados Piauí, Nazareth e Canindé. Canindé é, justamente, o nome do rio às margens do qual se encontra hoje o Território Quilombola do Sabonete. E entre as fazendas desse Departamento estavam as de nome Campo Grande e Poções, que vieram a compor o que hoje é o território dos municípios de Isaías Coelho e Campinas do Piauí. Poções é, além do mais, a localidade de origem daquela que na história oral da comunidade foi a fundadora do Sabonete, a Negra Cândida.

## Origens do Sabonete

No território do Sabonete encontram-se hoje alguns dos indícios materiais de sua história, como os muros de pedra “do começo do mundo”, conforme nos declara o Sr. Sabino, e os caldeirões escavados na pedra rochosa, por antigos escravizados.



Muro de pedra erguido pelos escravizados



Caldeirão escavado na rocha

Alguns dos mais antigos moradores do Sabonete, como Dona Iracema e Dona Lurdinha, contam que o território, que recebe o nome de “Sabonete”, é a reunião recente de três localidades contíguas, mas antigamente separadas: “Lagoa dos Homens”, “Lagoa da Extrema” e “Catuaba”. Sr. Benedito relata que o marco fundador da Comunidade Sabonete se dá em um tempo anterior à Lei Áurea (1888), com a chegada àquelas terras de uma negra chamada Cândida, que deixa sua condição de cativa em uma antiga Fazenda Nacional chamada Poções em busca de um lugar onde pudesse viver com liberdade e autonomia. Nessa época os negros eram proibidos de criar gado. Só os brancos tinham permissão de utilizar o pasto das Fazendas Nacionais – terras públicas – em benefício próprio. Sr. Benedito narra:

*Essa história que eu lhe conto foi meu pai quem me contou, e ele era menino... O Sabonete pertence ao Catuaba. O Catuaba foi assituado por uma negra velha chamada Cândida, uma negra velha aqui do Poções. Sim. Uma negra velha aqui do Poções. A negra velha tinha recursos, muita criação, só não tinha gado, porque meu pai disse que no tempo deles, aqui nas*

Fazendas Nacionais, gado só quem criava era o Estado. Os moradores podiam ter criação e tudo mais, menos gado. E meu pai me dizia que, depois que foram libertos, aqueles negros que eram ainda cativos foram também encostando por aqui, que aqui era uma vida mais livre. Porque lá [no Poções] eles saíram do cativeiro, mas ficaram sujeitos ao proprietário deles. E aqui eles chegavam e eram donos da terra.

O Sr. Casimiro nos conta um pouco mais da história do Sabonete: Meu pai contava que a vó dele, Merenga, foi escrava aqui mesmo no Poções. A minha bisavó que era avó do meu pai nasceu nos escravos. O cara lá chamava Joaquim Eugênio. Que até minha mãe falava assim: “Ó, o teu avô por parte de teu pai era filho desse Joaquim Eugênio. Só que quando ele nasceu já tinha libertado [uma referência à Lei do Ventre Livre – 1871]. Ela engravidou nesse tempo que estava lá com ele, mas quando o menino nasceu já era solto do cativeiro (...). Joaquim Eugênio era dos comandantes de tomar conta de negro. Mandante, não sabe? Comprava. Que aqui eles compravam das mãos uns dos outros, assim como hoje compra boi. Era comprador e vendedor de negro. Naquela época, as terras eram dos coronéis. Quem não tinha direito a nada era negro. Só tinha direito de trabalhar e apanhar (...). Meu pai contava que tinha um banco grande para amarrar os negros. Eu ainda cheguei a conhecer o banco, que está lá no município de Simplício Mendes, num lugar chamado Favela. Naqueles tempos uma casa coberta de telha, uma casa feita assim de tijolo [apontando para sua própria casa] era só dos meus senhores.

Nas falas dos senhores Benedito e Casimiro estão entranhados os resquícios de uma longa história de opressão e desigualdade. A proibição aos negros de criar gado, a condição de ser propriedade de alguém, o poder de vida e morte que detinham os coronéis sobre os escravizados, os castigos físicos impostos aos negros, a precariedade de moradia. Seus testemunhos revelam a continuidade de processos de sujeição e intimidação que vêm se dando há séculos, reforçando a importância da luta dos quilombolas do Sabonete pelo domínio e autonomia sobre sua terra.

## “Quem tem cerca é quem tem poder”

Ao nos contar a história da Negra Cândia – a primeira moradora do Catuaba – o Sr. Benedito nos apresenta o fio genealógico de seus descendentes:

[A Negra Cândia] tem parente sim. Uma filha dela chamada Bonifácia morreu em 1953, com 115 anos. E quem vem vindo da Bonifácia eu vou lhe dizer quem é: Bonifácia era mãe de Isaac, avó de Anjo, bisavó de Luís de Anjo. E teve a Lidiane, que é bisneta também.

Surgem aqui os nomes de Anjo e Isaac, que são ancestrais diretos do Sr. Sabino, nascido no Catuaba em 1924, cujo pai se viu obrigado a deixar sua terra por conta da pressão de posseiros não nascidos no Sabonete. O Sr. Sabino conta que, à época de seu nascimento, as terras do Catuaba pertenciam a seu pai, Manoel Mendes da Silva. Manoel era filho de Anjo, que era filho de Isaac, que era filho de Bonifácia, que era filha de Cândia, a fundadora. Manoel, Luís de Anjo e Lidiane são reconhecidos como descendentes diretos – tataranetos – de Cândia.



Sr. Sabino

Manoel Mendes da Silva herdou as terras do Catuaba de seu avô Isaac Mendes e foi quem por último as ocupou antes de se ver obrigado a entregá-las a um posseiro. O Sr. Sabino, que já não mora no território do Sabonete, afirma que seu pai deixou tudo para trás, sem receber nada em troca. Ele conta como os posseiros foram chegando, aos poucos, se apossando das terras e firmando cercas, que antes não existiam:

[Meu pai] foi embora e largou ali. Não vendeu nada não. Só fez sair. Deixou lá o cangaço velho das casas dele, que as casas velhas eram de barro escavado naquele tempo. (...) É aí onde eu digo que o sabido embalsa o besta. E aí foi tentando, foi tentando e aí abandonamos lá. Os meus avós abandonaram, o pai abandonou [sem receber] nem uma agulha (...). [Lá] meu pai tinha a roça, que era do beco pra baixo. Na beira do rio, bem pro outro lado, lá onde vocês descem ali do Sabonete e topam no rio, daquela cerca ali até lá em cima era de meu pai. [Não só minha família, mas os outros moradores] tudo situado ali. Antes do [posseiro] chegar. Não chegou de uma vez. Moravam no Moreira, mas amansavam o gado aí pelo inverno. (...) Não, não tinha não. **Só tinha cerca quem tinha poder. Só tinha cerca quem foi entrando de pouquinho, fazendo umas rocinhas pequenas e crescendo, crescendo, crescendo, crescendo, e assim já tomou o mundo. (...) E hoje tem pessoas aí que têm o mundo e o pobre não tem onde tirar uma carga de madeira pra tampar o buraco da roça.** Pois aí tem umas pessoas que tem muito, devido aos poderes. Entraram aí, tomaram a frente; aí é tudo atravessado, é tudo um atrás do outro, é tudo uma administração mal determinada. A administração do Estado é mal determinada e precisava ter um limite, mas hoje não tem, tudo atravessado do lado pro outro. É um na frente do outro, e aqui “eu sou dono” e quem tem mais o poder diz “aqui eu sou dono e você não entra”. E aí nós ficamos nessa luta toda.

Moradores antigos do Sabonete contam que, no início do século 20, alguns fazendeiros da região conhecida por Moreiras, vizinha ao Sabonete, descobriram ali excelentes pastagens. Com a anuência dos fiscais e administradores das Fazendas Nacionais, passaram a utilizar a área para o retiro de seu gado durante o inverno. Assim relata o Sr. Casimiro:

**Esses primeiros brancos que vieram pra cá, vieram lá do Moreiras. Eles faziam uns retiros aí pra trazer o gado quando chegava o inverno. Eles faziam retiro pra tirar o leite. Soltavam aí, que o pasto era muito alto aqui. Mas**

nessa época já tinha os negros aqui há muito tempo. Meu pai sempre contava que eles vinham aqui fazer esses retiros. Aí, quando passava aquela época, eles iam embora com os bichos.

Além do que nos contam alguns antigos do Sabonete, há provas de que a presença da família dos posseiros é mais recente do que eles alegam. Na Igreja Nossa Senhora da Vitória, em Oeiras – antiga sede do Governo da Capitania do Piauí –, estão arquivados os registros de batismos realizados na antiga igreja de Isaías Coelho. A pesquisa dos arquivos revela que não há, até 1935, registro de qualquer criança com o sobrenome dos posseiros que afirmam ser donos das terras por estarem lá “desde tempos imemoriais”. Tais informações são confirmadas por moradores da região dos Moreiras. Indagados se o posseiro teria nascido no Catuaba, negam enfaticamente.

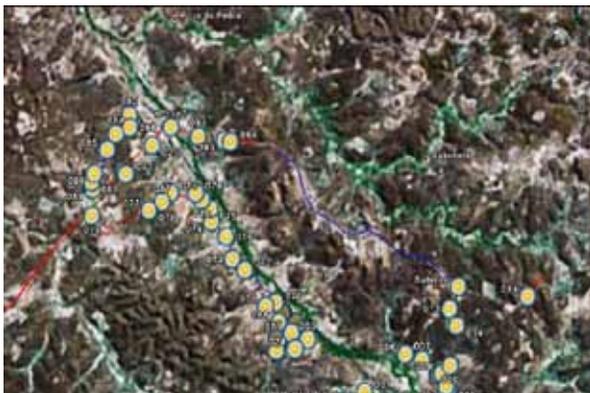
A história é confirmada por um morador da cidade de Isaías Coelho, tido como “sabedor” das histórias do Sabonete.

Os [posseiros] são muito influentes, mas não era deles o Catuaba. Hoje eles tão ali... [As fazendas deles ficavam] nos Moreira. No Catuaba era o retiro do meu padrinho. Ali eles passavam uns três meses. Quando era abril, eles voltavam com a vacaria lá pro Moreiras. Aí, [um deles] morreu e [outro] tomou de conta, ficou ali, cercou aquela beira de rio.

Esse depoimento relata a chegada do posseiro com seu gado à região do Sabonete. O período seguinte é marcado pela violência do uso da cerca, especialmente por dificultar o acesso da comunidade à beira do Rio Canindé.

Apesar de estar situado numa região semiárida, o território do Sabonete tem a vantagem de ser atravessado por um trecho do Rio Canindé que não seca, nem mesmo no longo período de estiagem. Trata-se, portanto, de um rio de suma importância na vida dos moradores do Sabonete. A foto de satélite com a distribuição das casas ao longo do rio mostra bem quão integrada ao rio está a comunidade. O Canindé é fonte de abastecimento de água. Ao longo de suas margens, aproveitando-se os baixões, são feitas as roças que garantem a alimentação dos moradores. A vida no Sabonete se reproduz nas terras ao longo do rio.

Imagem de satélite com a disposição das casas ao longo do Rio Canindé e nos baixões



Rio Canindé

Uma das providências do posseiro tem sido impedir, através da cerca e outros tipos de violência, o acesso dos quilombolas do Sabonete à beira do rio. É o caso de Dona Maura. Da última vez que a beira do rio foi cercada, uma linha de arames foi passada a menos de 10 metros de sua casa. Também o morro – onde estão o olho d’água e os antigos caldeirões na rocha escavados por escravos – foi alvo de tentativa de cercamento. Dona Maura conta que já teve até porcos seus mortos como retaliação e que vendeu as poucas cabras que lhe restavam, com receio de também “serem mortas a tiro de rifle”.

A própria chegada da equipe do Incra ao Sabonete foi motivo para o recrudescimento das ações desse posseiro, inclusive com ameaças, sendo necessária a presença de agentes da Polícia Federal para garantir o andamento dos trabalhos em segurança. Segundo relatos dos quilombolas do Sabonete, a situação vem se agravando dia a dia.



D. Maura aponta a cerca que colocaram na frente da sua casa

Hoje, o Território Quilombola do Sabonete, ainda não titulado, segue sofrendo constantes assaltos por parte desse posseiro, que, apesar de alegações em contrário, não pertence originalmente à região. Mesmo assim, vem se apropriando de terras que estão sob o domínio do Estado, erguendo cercas arbitrárias e restringindo a autonomia dos moradores do Sabonete.

## Território, trabalho e vida

No Brasil, a Abolição não foi acompanhada de qualquer tipo de política pública que permitisse aos recém “libertos” recomeçar a vida em condições dignas. Tiveram, por isso, que sair em busca de novas oportunidades de sobrevivência, em outras terras onde pudessem viver e trabalhar de maneira autônoma, livres da submissão aos grandes proprietários. **O território do Sabonete não é, por isso, uma terra qualquer, mas a terra na qual eles guardam uma história, na qual lutaram para manter alguma autonomia cultural, social, econômica.** Trata-se, portanto, de uma identidade que se constrói em correlação profunda com o seu território e é precisamente essa relação que informa e reforça o seu direito à terra.

Os quilombolas do Sabonete se estabeleceram como trabalhadores rurais, cuja produção se destina primordialmente ao sustento de suas famílias. A “roça” é um elemento marcante nas histórias contadas, guardadas na memória, e no modo de vida atual de seus membros.

A ocupação do território está dividida entre as áreas de moradia, de agricultura e de extrativismo. Estas últimas são áreas de uso coletivo, como as áreas de chapadas, que são utilizadas para o pastoreio natural, extrativismo de mel, madeira, produtos medicinais e caça de subsistência.

As atividades agropecuárias desenvolvidas no território são bastante diversificadas. Além do plantio de diversos gêneros, eles criam bois, cabras, porcos e galinhas. A prática da agricultura está integrada à pecuária, pois tudo o que resta dos plantios é utilizado como pastagem, especialmente na época de estiagem. Além disso, é comum o plantio de capim de pisoteio junto com as culturas de subsistência.



Atividades de plantio



Criação de galinhas, bovinos e ovinos



Os principais gêneros plantados no Sabonete são feijão, milho, macaxeira, arroz, melancia, abóbora, jerimum e melão cheiroso. As roças ocupam as terras mais férteis, os baixões que se dão junto ao rio, e as pastagens são plantadas nas áreas mais onduladas e pedregosas.

A apicultura aparece também como uma atividade econômica importante para a Comunidade do Sabonete. Os equipamentos apícolas são de uso coletivo e existem vários produtores de mel na comunidade. Dentre as comunidades quilombolas da região, o Sabonete é a que mais se destaca na produção de mel.

## Identidade e luta

É um fato revelador da natureza das relações raciais no Brasil a demora do Estado brasileiro em reconhecer a sua dívida com o legado da escravidão. Foi só a partir da Constituição de 1988 que o Estado brasileiro passou a inscrever o sujeito constitucional “quilombola” e o lugar “quilombo” ou “território quilombola”. O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta Magna reconhece aos remanescentes de comunidades de quilombo o direito à titulação das terras que habitam.

A concessão veio exatos cem anos após a Abolição, período ao longo do qual milhares de comunidades de descendentes de escravizados por todo o Brasil tiveram que consolidar a sua ocupação ou conquistar uma terra onde pudessem usufruir os frutos de seu trabalho autonomamente. Durante todo esse tempo, a palavra “quilombo” deixou de ser usada de modo recorrente – a não ser como denominação de certos lugares fortemente marcados pelo status de fuga, como é o caso dos famosos quilombos de Palmares, em Alagoas, e do de Ambrósio, em Minas Gerais. No entanto, mesmo sem receber a denominação de quilombo, o sentido da resistência e da luta por autonomia travada pelas comunidades era o mesmo. A Constituição trouxe de volta o termo quilombo, e seu sentido contemporâneo – agora positivado, concedendo o direito à titulação da terra – foi logo

apreendido pelas comunidades, especialmente aquelas que mais dificuldades passam para obter o reconhecimento legal da sua ocupação histórica e pacífica da terra.

Dependendo da história de luta de cada comunidade, os termos quilombo e quilombola são ignorados, até o momento em que as suas lutas os levam a reconhecer no significado contemporâneo do termo a sua própria trajetória de resistência. Daí a acusação sofrida pelo Sabonete – de ser “um falso quilombo” – ser ela mesma falsa. Não é possível falsificar a histórica presença dos descendentes de Dona Cândida, vivendo e produzindo na terra do Sabonete. Além disso, o direito constitucional à terra não é dado por um nome apenas – seria ingênuo imaginar que o Estado reconheceria qualquer um que se autoatribuísse a identidade quilombola – e sim pela comprovação histórica de uma ocupação coletiva fundada por descendentes de escravizados.

Apesar da grande diversidade de processos de formação das comunidades quilombolas, a construção de sua identidade se dá, principalmente, na resistência à dominação dos grandes proprietários, na manutenção e reprodução autônoma de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio. É a partir dessa posição historicamente desfavorável no que diz respeito às relações de poder que as comunidades quilombolas vêm lutando pelo direito de serem agentes de sua própria história.

Como outras comunidades, só recentemente a comunidade do Sabonete tomou conhecimento de seus direitos garantidos pela Constituição e iniciou as discussões não apenas sobre a titulação de seu território como também acerca de suas origens e da importância de se resgatá-las – sem temor e sem acanhamento frente à sua ascendência.

É por meio da luta pela terra que a Comunidade do Sabonete vem redescobrando suas origens. É visível a construção de uma solidariedade em torno da luta por seu território em contraposição àqueles que, em geral por meio da violência, se opõem à titulação do Sabonete.

A resistência aos ataques contra o direito à terra dos quilombolas do Sabonete delinea a união da comunidade. A cada novo ataque, mais forte vai ficando a comunidade. A cada ato de violência e tentativa de desinformação, mais robusta se torna a mobilização e a clareza com que a comunidade busca resgatar seu território.

Esta narrativa foi composta por Renato Jacques de Brito Veiga, com base nos RTIDs das Comunidades Quilombolas do Sabonete, de Fazenda Nova e da Volta do Campo Grande, realizados por Eduardo Campos Rocha e Paulo Gustavo de Alencar Engenheiro. Informações adicionais foram obtidas em: Tanya BRANDÃO, Para além dos engenhos: a escravidão na colonização do Piauí in *Escravidão negra no Piauí e temas conexos*, org. João Kennedy Eugênio. EDUFPI, Teresina, 2014; Áureo João SOUZA, Marcação e demarcação de identidades e territórios de quilombolas in *Escravidão negra no Piauí e temas conexos*; Daniely Monteiro SANTOS e Solimar Oliveira LIMA, Movimento quilombola no Piauí: participação e organização para além da terra. *Revista Eletrônica Informe Econômico*. Ano 1, n. 1, agosto 2013; e Odete Vieira da ROCHA, *Maranduba: memórias do Nordeste contadas de viva voz*. Ed. Gráfica Sindical Ltda, Rio de Janeiro 2002. Todas as fotos foram retiradas do RTID.

# Uma palavra da comunidade Sabonete

A comunidade Sabonete tem sua fundação ligada à história da vinda de escravizados para a fazenda Poções. Nela nossos antepassados tinham a obrigação de cuidar do gado. Sabino, um dos primeiros moradores de Sabonete relata com cuidado onde estava a fazenda.

Atualmente a comunidade possui plantações de milho, feijão, produção de mel e pequena criação de animais de pequeno porte. Conquistamos ainda a construção de cisternas, eletrificação e acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRO-NAF). E lutamos para que projetos produtivos cheguem até nós, bem como uma estrada de acesso à comunidade, isto porque no período de chuvas o caminho fica intransitável.

Mas, a nossa maior dificuldade ainda está na manutenção da organização coletiva, isto porque a titulação da terra ainda não aconteceu. Dessa forma, o nosso maior sonho é ter a terra verdadeiramente em nossas mãos e viver em paz, pois sem titulação a terra perde seus moradores. Eles vão embora, perdem a esperança e se afastam da luta.

Na terra temos orgulho de apresentar os pés de carnaúba e xique-xique. A nossa maior festa acontece em 17 de novembro e temos Santa Isabel como a padroeira de muitas comunidades do entorno.

Como forma de gratidão gostaríamos de homenagear, neste material, o Sr. Miguel José da Costa que desde os dezesseis anos de idade foi vaqueiro pegando gado das fazendas do entorno. Ele está vivo e conta até hoje, para todos, a sua história.

# Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CERBRAS
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer, Rodrigo Ednilson de Jesus
CONCEPÇÃO DE TEXTO, EDIÇÃO FINAL E SUPERVISÃO	Fernanda de Oliveira, Rodrigo Ednilson de Jesus, Juliana Soares Campos e Carlos Eduardo Marques
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Aline Neves Rodrigues Alves, Marilene Ribeiro
ADMINISTRAÇÃO	Agnaldo P. Ferreira Júnior, Priscila Z. Martins, Danúbia Zanetti
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

V426c Veiga, Renato Jacques de Brito  
Comunidade Quilombola Sabonete / Renato Jacques de Brito Veiga. - Belo Horizonte : FAFICH, 2016.

16 p. (Terras de quilombos)

Baseado no Relatório técnico de identificação e delimitação do Quilombo Sabonete, elaborado pelo antropólogo Eduardo Campos Rocha.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Rocha, Eduardo Campos. Relatório técnico de identificação e delimitação do Quilombo Sabonete. Título. II. Série.

CDD:306

CDU:39

MICHEL TEMER  
Presidente da República

ELISEU PADILHA  
Ministro da Casa Civil

JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO  
Secretário Especial de Agricultura Familiar  
e Desenvolvimento Agrário

JEFFERSON CORITEAC  
Secretário Executivo Adjunto

CARLOS EDUARDO OLIVEIRA BOVO  
Diretor do Núcleo de Estudos Agrários e  
Desenvolvimento Rural - NEAD

WILLY GUSTAVO DE LA PIEDRA MESONES  
Coordenador do Núcleo de Estudos  
Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD

LEONARDO GÓES SILVA  
Presidente do Instituto Nacional de  
Colonização e Reforma Agrária - Incra

ROGÉRIO PAPALARDO ARANTES  
Diretor de Ordenamento da Estrutura  
Fundiária - Incra

ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI  
Coordenadora Geral de Regularização  
de Territórios Quilombolas - Incra

GUILHERME MANSUR DIAS  
JULIA MARQUES DALLA COSTA  
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS  
Apoio técnico – Superintendências do  
Incra nos estados

## A Coleção Terras de Quilombos reúne um conjunto de

narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e preconceções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.

UFMG



SECRETARIA ESPECIAL DE  
AGRICULTURA FAMILIAR E DO  
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CASA CIVIL

